



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE**

**Processo n. 00077139320208250053**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDLEUSA TAVARES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SOCORRO, 18 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

**PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO / SE**

**Processo n.º 00077139320208250053**

**APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**APELADA: EDLEUSA TAVARES DA SILVA**

**RAZÕES DO RECURSO**

**COLEDA CÂMARA,**

**INCLÍTOS JULGADORES,**

Cuida-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT,) proposta pela ora Apelada, em face do Apelante, buscando o pagamento que afirma lhe ser devido em razão de acidente com veículo automotor que sofrido por seu ente querido, EDLEUSA TAVARES DA SILVA, vítima fatal de acidente automobilístico ocorrido em **05/04/2020**.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher o pedido inicial, ultrapassando a tese lançada na defesa, julgando procedente o feito, o que merece pronta reforma, conforme se demonstrará nas presentes razões.

*Data vênia*, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, esta r. decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

**DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

Em que pese a parte autora ter juntado aos autos a certidão de óbito da vítima e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a vítima teria falecido em decorrência do acidente de trânsito.**

Verifica-se, que, na certidão de óbito **não existe qualquer menção como a *causa mortis* sendo oriunda de acidente automobilístico! VEJAMOS:**

<b>CAUSA DA MORTE</b> CHOQUE SÉPTICO, INFECÇÃO DO TRATO RESPIRATÓRIO, TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO.
--

Ademais, são diversas as divergências em relação a data do sinistro, na inicial, constam que a vítima teria sido atropelada em 05/04/2020, mas existe registro de ocorrência noticiado pelo irmão da vítima que o acidente teria ocorrido em 19/04/2020, o que não merece prosperar.

Vejamos tais divergências:

- **BO REALIZADO PELO IRMAO DA VITIMA 19/04/2020:**

BOLETIM DE OCORRENCIA		Nº: 039674/2020
<b>DADOS DO REGISTRO</b>		
Data/Hora Início do Registro: 19/05/2020 08:15		Data/Hora Fim: 19/05/2020 08:42
Delegado de Polícia: Nalile Bispo de Castro		
<b>DADOS DA OCORRÊNCIA</b>		
Afeto: Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa		
Data/Hora do Fato: 19/04/2020		
<b>Local do Fato</b>		
Município: Nossa Senhora do Socorro (SE)		
Bairro: Loteamento Pai André		
Tipo do Local: Via Pública		
<b>Natureza</b>	<b>Meio(s) Empregado(s)</b>	
1222: HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. Veículo 302 DA LEI 9.503/1997 - CTB )		
<b>ENVOLVIDO(S)</b>		
Nome Civil: VAGNER NAILSON TAVARES ARAGAO (COMUNICANTE )		
Nacionalidade: Brasileira	Sexo: Masculino	Nasc: 12/05/1992      Idade: 28 anos

- **BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO DA PRF 05/04/2020:**



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO  
PROTOCOLO Nº 20017615B01



**INFORMAÇÕES GERAIS**

Data: 05/04/2020      Hora: 20:50      Município: NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE  
BR: 101      KM: 94,5      Sentido: Decrescente

- Policial responsável pelo atendimento: FABIANA, 1504549

ALÉM DISSO A VÍTIMA SÓ VEIO A FALECER MAIS DE 1 MÊS APÓS O SUPOSTO ATROPELAMENTO NO ENTANTO A PARTE APELADA NÃO JUNTA NENHUMA DOCUMENTAÇÃO MEDICA QUE COMPROVE ATENDIMENTO.

ORA ILUSTRES JULGADORES COMO PODE A VITIMA NÃO TER SIDO ATENDIDA EM NENHUMA UNIDADE HOSPITALAR?

NÃO FOSSE SUFICIENTE, NÃO CONSTA O LAUDO CADAVERÍCO QUE PODERIA CONFIRMAR A CAUSA ORIUNDA DE UM ACIDENTE DE TRÂNSITO, BEM COMO INEXISTEM DOCUMENTOS MÉDICOS QUE COMPROVEM A REMOÇÃO DA VÍTIMA AO HOSPITAL, BEM COMO A EVOLUÇÃO DA LESÃO ATÉ LEVAR AO ÓBITO.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexos causal entre o acidente e morte da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

### **CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

SOCORRO, 18 de março de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/SE 780-A**

**KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**  
**2592 - OAB/SE**

## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ**, inscrito na **2592 - OAB/SE** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **EDLEUSA TAVARES DA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **SOCORRO**, nos autos do Processo nº 00077139320208250053.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2021.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/SE 780-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

**Parágrafo único.** Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.